

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	31
PARTE I – DIREITO DO TRABALHO.....	33
CAPÍTULO 1	
TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO.....	35
1. DIREITO DO TRABALHO	35
1.1. Denominação e conceito	35
1.2. Características	36
1.3. Natureza jurídica.....	36
1.4. Autonomia e divisão.....	36
1.5. Fundamentos e formação histórica.....	37
1.6. Funções do Direito do Trabalho	38
1.7. Flexibilização e desregulamentação trabalhista. Tendências atuais do Direito do Trabalho.....	39
2. Fontes do Direito	41
2.1. Conceito e classificação	41
2.2. Fontes formais.....	42
2.2.1. Fontes formais heterônomas	42
2.2.2. Fontes formais autônomas	44
2.3. Figuras especiais	45
2.4. Hierarquia das fontes.....	46
2.5. Conflito de normas	47
2.6. Eficácia da Lei Trabalhista	48
2.7. Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do direito do trabalho .	49
3. PRINCÍPIOS.....	52
3.1. Conceito. Função	52
3.2. Princípios específicos do Direito do Trabalho.....	53
4. RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO.....	55

5. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	56
6. ARBITRAGEM.....	58
7. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	59
7.1. Prescrição trabalhista.....	60
7.2. Contagem do prazo prescricional e momento de arguição.....	61
7.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição.....	62
7.4. Prescrição intercorrente.....	63

CAPÍTULO 2

RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO 65

1. distinção.....	65
1.1. Requisitos da relação de emprego.....	65
1.2. Natureza jurídica da relação de emprego.....	67
2. MODALIDADES DE RELAÇÃO DE TRABALHO <i>LATO SENSU</i>	68
2.1. Trabalho autônomo.....	68
2.2. Trabalho eventual.....	68
2.3. Trabalho avulso.....	68
2.4. Trabalho temporário.....	69
2.5. Estágio.....	71
2.6. Trabalho cooperativado.....	72
2.7. Trabalho voluntário.....	73
2.8. Representante comercial.....	73
2.9. Transportador Autônomo de Carga.....	75
2.10. Salão-parceiro e profissional-parceiro.....	75
3. MODALIDADES DE EMPREGADOS.....	76
3.1. Empregado doméstico.....	76
3.2. Empregado rural.....	81
3.2.1. Contrato misto e contratos afins.....	84
3.3. Mãe Social (Lei nº 7.644/1987).....	85
3.4. Aprendiz.....	86
3.5. Altos empregados.....	88
3.6. Teletrabalho ou trabalho remoto.....	89
3.7. Empregado intermitente.....	90

3.8. Empregado hipersuficiente.....	92
3.9. Atletas (Lei geral do Desporto, Lei n. 9.615/1998 e Lei n. 13.155/ 2015) ...	92
4. IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL	95

CAPÍTULO 3

EMPREGADOR..... 97

1. CONCEITO e características.....	97
2. PODERES DO EMPREGADOR NA RELAÇÃO DE EMPREGO	97
3. GRUPO ECONÔMICO	98
4. SUCESSÃO DE EMPREGADORES	99
4.1. Requisitos.....	100
5. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES	103
6. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA.....	103
7. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	103
8. Sócio retirante	105
9. TERCEIRIZAÇÃO (Lei n. 6019/74)	106
9.1. Terceirização na Administração Pública.....	111
9.2. Empreitada e subempreitada	111
10. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	112

CAPÍTULO 4

CONTRATO DE TRABALHO..... 117

1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	117
2. ELEMENTOS ESSENCIAIS	118
3. CLASSIFICAÇÃO	119
4. CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	120
5. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	121
6. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	124
6.1. Diferenças e hipóteses legais.....	124
6.2. Efeitos jurídicos.....	125
6.3. Licença-paternidade.....	126

7. DIREITOS INTELECTUAIS E INVENÇÕES DOS EMPREGADOS	127
8. INDENIZAÇÕES POR DANOS MATERIAIS E MORAIS	127
8.1. Dano extrapatrimonial.....	127
8.2. Assédio sexual e assédio moral.....	129
8.3. Dano à imagem.....	130
8.4. Revista íntima	131
8.5. Lesões acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	131
8.6. Perda de uma chance.....	132
9. LGPD E SUA APLICAÇÃO AOS CONTRATOS DE TRABALHO.....	132
10. COMPLIANCE TRABALHISTA.....	135
11. DECRETO Nº 10.854/2021 – MARCO REGULATÓRIO TRABALHISTA INFRALEGAL	137

CAPÍTULO 5

REMUNERAÇÃO E EQUIPARAÇÃO 139

1. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	139
1.1. Salário complessivo, salário proporcional e salário substituição	139
1.2. Características do salário	140
1.3. Pagamento do salário	140
1.4. Princípio da irredutibilidade salarial (art. 7º, VI, CF/88)	141
1.5. Descontos salariais.....	142
1.6. Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i>	143
1.7. Parcelas salariais.....	143
1.8. Parcelas não salariais.....	146
2. EQUIPARAÇÃO SALARIAL	147
3. DESVIO DE FUNÇÃO	149
4. ACÚMULO DE FUNÇÃO	150

CAPÍTULO 6

DURAÇÃO DO TRABALHO 151

1. DURAÇÃO DO TRABALHO	151
2. TEMPO DE PRONTIDÃO E DE SOBREAVISO	152
3. LIMITES DA DURAÇÃO DO TRABALHO	153

4. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	154
5. JORNADA 12 X 36 HORAS	154
6. JORNADA NOTURNA.....	155
7. JORNADA CONTROLADA	156
8. JORNADA NÃO CONTROLADA	157
9. MOTORISTA PROFISSIONAL.....	158
10. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL	159
11. PRORROGAÇÃO DE JORNADA.....	160
12. PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS.....	162
13. PERÍODOS DE DESCANSO.....	163
13.1. Intervalos.....	163
13.1.1. Intervalo intrajornada	163
13.1.2. Intervalo interjornada	166
13.1.3. Descanso semanal remunerado.....	167
14. FERIADOS	169
15. FÉRIAS	169
15.1. Conceito e período de duração	169
15.2. Período aquisitivo, período concessivo e fracionamento das férias	170
15.3. Perda do direito de férias	172
15.4. Cálculo e pagamento das férias	172
15.5. Férias coletivas	173
15.6. Férias vencidas, férias simples, férias proporcionais e prescrição	173

CAPÍTULO 6

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 175

1. CONCEITO E MODALIDADES	175
2. MODALIDADES DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	177
3. JUSTA CAUSA	178
3.1. Requisitos da justa causa.....	178
3.2. Hipóteses de justa causa.....	180
3.2.1. Hipóteses de justa causa aplicáveis às domésticas	181

4. RESCISÃO INDIRETA.....	182
4.1. Hipóteses de rescisão indireta.....	182
5. CULPA RECÍPROCA.....	183
6. DISPENSA ARBITRÁRIA E SEM JUSTA CAUSA.....	183
7. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA.....	183
8. ACERTO RESCISÓRIO E MULTAS RESCISÓRIAS.....	183
9. TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL.....	185
10. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA OU INCENTIVADA – PDV OU PDI.....	185
11. DISPENSA INDIVIDUAL, COLETIVA E PLÚRIMA.....	185
12. AVISO PRÉVIO.....	186
13. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA.....	188
14. FGTS.....	189
15. SEGURO-DESEMPREGO.....	190

CAPÍTULO 7

ESTABILIDADES. PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR E DA MULHER. SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO..... 195

1. ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO.....	195
1.1. Modalidades de estabilidade.....	195
1.2. Modalidades de garantias de emprego.....	196
1.2.1. Gestantes.....	196
1.2.2. Acidentados no trabalho.....	199
1.2.3. Empregado reabilitado e empregado portador de deficiência.....	199
1.2.4. Dirigentes sindicais e suplentes.....	200
1.2.5. Empregados diretores de cooperativas.....	201
1.2.6. Cargos de direção e suplentes da CIPA.....	201
1.2.7. Membros da Comissão de Conciliação Prévia – CCP.....	202
1.2.8. Membros do Conselho Curador do FGTS e do Conselho Nacional de Previdência Social.....	202
1.2.9. Membro da Comissão de Representantes dos Empregados.....	202

1.2.10. Programa Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda	202
1.2.11. Portador de deficiência – Período da pandemia (Lei n. 14.020/20).....	203
2. REINTEGRAÇÃO	203
3. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	204
4. PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR	205
5. PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER	207
5.1. Licença-maternidade	209
5.2. Lei nº 14.457/22. Programa Emprega + Mulheres.....	210
6. SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	212
6.1. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA.....	213
6.2. SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.....	214
6.3. Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s.....	214
6.4. Atividades insalubres	214
6.5. Periculosidade.....	217
6.6. Prevenção da fadiga	218
7. ACIDENTE/DOENÇA DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL.....	219
8. TRABALHO ANÁLOGO À CONDIÇÃO DE ESCRAVO	221

CAPÍTULO 8

LEGISLAÇÃO PROVISÓRIA-PANDEMIA..... 225

1. INTRODUÇÃO.....	225
2. LEI Nº 14.020/20	225
2.1. Aplicação.....	226
2.2. Redução do salário e da jornada (art. 7º da Lei 14.020/2020).....	227
2.3. Suspensão temporária do contrato de trabalho (art. 8º da Lei 14.020/2020).....	227
2.4. Forma de implantação (art. 12 da Lei 14.020/2020).....	228
2.5. Conflito entre acordo individual e norma coletiva de trabalho superveniente.....	229
2.6. Valor do Benefício Emergencial (art. 6º da Lei nº 14.020/2020)	230
2.7. Prazos	230

2.8. Pagamento de ajuda mensal pelo empregador (art. 9º da Lei nº 14.020/2020)	231
2.9. Garantia provisória de emprego (art. 10 da Lei nº 14.020/2020)	231
2.10. Fato do Príncipe (art. 486 da CLT e art. 29 da Lei nº 14.020/2020)	231
2.11. Participação das empregadas gestantes no BEm	232
3. LEI Nº 14.010/20. REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO (RJET)	232
4. LEI Nº 14.128/21. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA AOS TRABALHADORES DE SAÚDE ...	233
5. LEI Nº 14.151/21. AFASTAMENTO DA GESTANTE DURANTE A PANDEMIA.....	234

CAPÍTULO 9

DIREITOS COLETIVOS..... 235

1. GENERALIDADES	235
2. PRINCÍPIOS.....	235
2.1. Liberdade associativa e sindical	235
2.1.1. Liberdade sindical em relação ao indivíduo	235
2.1.2. Liberdade sindical em relação ao grupo	236
2.1.3. Liberdade sindical em relação ao Estado.....	237
2.2. Princípio da autonomia sindical	237
2.3. Princípio da interveniência sindical na normatização coletiva	237
2.4. Princípio da equivalência dos contratantes coletivos.....	238
2.5. Princípio da lealdade e transparência nas negociações coletivas.....	238
2.6. Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva.....	238
2.7. Princípio da adequação setorial negociada	238
2.8. Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva	239
3. ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA.....	241
3.1. Sindicato	241
3.2. Federações	241
3.3. Confederações	241
3.4. Centrais sindicais	241
3.5. Representação dos empregados na empresa.....	242
4. SINDICATO	244
4.1. Definição	244

4.2. Natureza jurídica.....	245
4.3. Histórico.....	246
4.4. Sistemas sindicais	247
4.4.1. Critério da liberdade sindical	248
4.4.2. Critério da agregação dos trabalhadores em um determinado sindicato	249
4.5. Base territorial	251
4.6. Registro do sindicato.....	251
4.7. Modelo sindical brasileiro atual	251
4.7.1. Princípios da agregação e da especialização.....	252
4.8. Estrutura interna do sindicato.....	252
4.9. Funções do sindicato	253
4.10. Garantias sindicais.....	253
5. SISTEMA DE CUSTEIO SINDICAL	254
5.1. Contribuição sindical	254
5.2. Contribuição confederativa	255
5.3. Contribuição assistencial	255
5.4. Mensalidade	256
6. FORMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS.....	256
6.1. Autodefesa.....	257
6.1.1. Greve	257
6.1.2. Características	258
6.1.3. Possibilidade de contratação de trabalhadores.....	258
6.1.4. Formalidades	258
6.1.5. Greve no serviço público	259
6.1.6. “Lockout”	260
6.2. Autocomposição	260
6.2.1. Mediação e conciliação	260
6.2.2. Negociação coletiva.....	261
6.2.3. Participação prévia dos sindicatos nas demissões coletivas.....	262
6.3. Heterocomposição	263
6.3.1. Arbitragem	263

6.3.2. Jurisdição	263
7. INSTRUMENTOS NORMATIVOS – ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS.....	265
7.1. Conceito e natureza jurídica	265
7.2. Aplicação	266
7.3. Formalidades	266
7.4. Vigência	266
7.5. Prorrogação, revisão, denúncia e revogação	268
7.6. Conflito de normas	268
8. LIMITES DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.....	268
8.1. Prevalência do negociado sobre o legislado	268
8.2. Direitos trabalhistas que podem ser negociados.....	269
8.3. Direitos trabalhistas que não podem ser negociados.....	272
9. A OIT e sua importância para o movimento sindical	275

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 277**PARTE II – PROCESSO DO TRABALHO..... 279****CAPÍTULO 1****TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 281**

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL	281
2. DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA	282
3. FONTES	282
3.1. Fontes relevantes ou primárias	283
3.2. Figuras especiais	285
3.3. Hierarquia e conflito entre as fontes	286
3.4. Interpretação do Direito Processual do Trabalho	286
3.5. Lacunas e integração do Direito Processual do Trabalho	287
3.6. Aplicação do Código de Processo Civil ao Processo do Trabalho.....	288
3.7. Eficácia da norma processual trabalhista.....	289
4. PRINCÍPIOS.....	292
4.1. Princípios constitucionais.....	293
4.1.1. Devido processo legal (art. 5º, LIV, CRFB/88)	293

4.1.2. Juiz natural (art. 5º, LIII, CRFB/88).....	293
4.1.3. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CRFB/88)	293
4.1.4. Contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88).....	293
4.1.5. Motivação e publicidade das decisões judiciais (art. 93, IX, CRFB/88)	293
4.1.6. Razoabilidade da duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CRFB/88)	294
4.2. Princípios comuns ao Direito Processual Civil e ao Processo do Trabalho	294
4.2.1. Princípio da inércia, dispositivo ou da demanda (art. 2º do CPC) ..	294
4.2.2. Princípio inquisitivo ou do impulso oficial (art. 2º do CPC).....	294
4.2.3. Princípio da instrumentalidade das formas (art. 283 do CPC)	294
4.2.4. Princípio da estabilidade da lide (art. 141 do CPC)	295
4.2.5. Princípio da impugnação especificada (art. 342 do CPC)	295
4.2.6. Princípio da eventualidade (art. 336 do CPC)	295
4.2.7. Princípio da preclusão (arts. 63, § 4º, 104, 209, § 2º, 278, 293, 507, 1009 do CPC)	295
4.2.8. Princípio da boa-fé processual (arts. 5º e 79 a 81 do CPC)	297
4.2.9. Princípio da primazia da decisão de mérito (art. 4º do CPC)	297
4.3. Princípios específicos do Direito Processual do Trabalho.....	297
4.3.1. Princípio da proteção ou da tutela	297
4.3.2. Princípio da busca da verdade real	298
4.3.3. Princípio da conciliação	298
4.3.4. Princípio da normatização coletiva (art. 114, § 2º, da CRFB/88) ..	298
4.3.5. Princípio do <i>jus postulandi</i>	298
4.3.6. Princípio da simplicidade.....	299
4.3.7. Princípio da oralidade	299
5. MÉTODOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS	300
5.1. Autodefesa ou autotutela	300
5.2. Autocomposição	300
5.2.1. Mediação e conciliação	301
5.2.2. Comissão de Conciliação Prévia – CCP	301

5.2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial	303
5.3. Heterocomposição	304
5.3.1. Arbitragem	304
6. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	305
6.1. Órgãos da Justiça do Trabalho.....	305
6.2. Juízes do Trabalho	306
6.3. Tribunais Regionais do Trabalho	307
6.4. Tribunal Superior do Trabalho.....	308
6.4.1. Órgãos internos do TST	309
6.4.2. Órgãos auxiliares do TST.....	309
6.5. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho.....	310
6.5.1. Secretarias das varas do trabalho	310
6.5.2. Secretarias dos tribunais.....	311
6.5.3. Serviços de distribuição de feitos	312
6.5.4. Oficiais de Justiça Avaliadores.....	312
6.6. Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.....	313
7. CoMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	314
7.1. Competência material (<i>rationae materiae</i>) e pessoal	315
7.1.1. Ações envolvendo relação de trabalho.....	316
7.1.2. Ações envolvendo direito de greve	322
7.1.3. Ações sobre representação sindical e sindicatos.....	322
7.1.4. Mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	323
7.1.5. Conflitos de competência envolvendo jurisdição trabalhista.....	323
7.1.6. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	323
7.1.7. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização do trabalho.....	325
7.1.8. Execução, de ofício, das contribuições sociais	325
7.1.9. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei	325
7.2. Competência funcional.....	326
7.3. Competência territorial	327

7.4. Competência absoluta e relativa.....	328
7.5. Modificação da competência	329
7.5.1. Conexão.....	330
7.5.2. Continência.....	330
7.6. Conflito de competência.....	330

CAPÍTULO 2

PROCESSO E AÇÃO TRABALHISTA	333
1. INTRODUÇÃO.....	333
2. PROCESSO.....	333
2.1. Pressupostos processuais.....	334
2.1.1. Pressupostos processuais de existência.....	334
2.1.2. Pressupostos processuais positivos de validade.....	334
2.1.3. Pressupostos processuais negativos de validade.....	336
3. AÇÃO	336
3.1. Conceito	336
3.2. Classificação das ações trabalhistas	337
4. SUJEITOS DO PROCESSO	338
4.1. Partes.....	338
4.1.1. Capacidade na relação processual	338
4.1.2. Sucessão processual.....	342
4.2. Ministério Público do Trabalho	343
4.2.1. Formas de atuação	344
4.2.2. Princípios institucionais do MPT.....	344
4.2.3. Garantias, prerrogativas e vedações	345
4.3. Litisconsórcio	345
4.3.1. Conceito e cabimento	345
4.3.2. Classificação	346
4.3.3. Atuação dos litisconsortes.....	347
4.4. Intervenção de terceiros	347
4.4.1. Modalidades de intervenção de terceiros.....	348

4.4.2. Oposição.....	354
4.4.3. Intervenção de terceiros no rito sumaríssimo	354
4.5. Deveres das partes, procuradores e terceiros participantes do processo	354
4.5.1. Introdução	354
4.5.2. Ato atentatório à dignidade da justiça	355
4.5.3. Litigância de má-fé e dano processual.....	356
4.5.4. Multa aplicada à testemunha	357
4.5.5. Vedação às expressões injuriosas	358
4.5.6. Assédio processual	358
5. ATOS, TERMOS, Negócios jurídicos E PRAZOS PROCESSUAIS.....	359
5.1. Introdução	359
5.2. Atos processuais	359
5.2.1. Classificação dos atos processuais.....	359
5.2.2. Do tempo e lugar dos atos processuais	360
5.2.3. Da prática dos atos processuais.....	361
5.3. Termo processual.....	361
5.4. Prazos processuais.....	361
5.4.1. Conceito.....	361
5.4.2. Contagem dos prazos processuais	362
5.4.3. Interrupção e suspensão dos prazos processuais	364
5.4.4. Classificação dos prazos processuais.....	365
5.5. Comunicação dos atos processuais	366
5.6. Dos negócios jurídicos processuais.....	368
5.7. Juízo 100% digital – Resolução nº345/20 do CNJ.....	369
6. PRECLUSÃO	370
6.1. Conceito	370
6.2. Classificação da preclusão.....	370
7. DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	371
7.1. Despesas processuais	371
7.2. Assistência judiciária gratuita e gratuidade de justiça	373
7.3. Honorários advocatícios sucumbenciais.....	375
8. NULIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS.....	377

8.1. Princípios das nulidades.....	379
9. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	379
9.1. Formação do processo.....	379
9.2. Suspensão do processo.....	380
9.3. Extinção do processo	380
10. PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS.....	381

CAPÍTULO 3

PROCESSO DE CONHECIMENTO 383

1. PETIÇÃO INICIAL	383
1.1. Requisitos obrigatórios da petição inicial	383
1.1.1. Designação do juízo	384
1.1.2. Qualificação das partes	384
1.1.3. Breve exposição dos fatos	384
1.1.4. Pedido certo, determinado e com indicação de seu valor	384
1.1.5. Data.....	386
1.1.6. Assinatura.....	387
1.2. Requisitos facultativos da petição inicial.....	387
1.3. Petição inicial verbal	387
1.4. Alteração da petição inicial	387
1.5. Indeferimento da petição inicial.....	388
1.6. Improcedência liminar do pedido	389
1.7. Desistência do pedido ou da ação	389
2. TUTELA PROVISÓRIA.....	390
2.1. Introdução	390
2.2. Espécies de tutela provisória	391
2.2.1. Características da tutela provisória	391
2.2.2. Requisitos para a concessão da tutela provisória	392
2.2.3. Tutela provisória de evidência	392
2.2.4. Forma de requerimento: incidental ou antecedente	393
2.2.5. Tutela provisória de urgência antecipada antecedente	393
2.2.6. Tutela provisória de urgência cautelar antecedente	393

2.2.7. Concessão liminar	394
2.2.8. Caução e responsabilidade do credor pelos prejuízos causados	394
2.2.9. Formas de impugnação.....	395
3. AUDIÊNCIA TRABALHISTA.....	395
3.1. Introdução	395
3.2. Procedimento da audiência no rito ordinário	396
3.3. Procedimento da audiência no rito sumaríssimo.....	400
4. RESPOSTA DO RÉU.....	400
4.1. Introdução	400
4.2. Revelia	401
4.3. Contestação	402
4.3.1. Contestação contra o processo	402
4.3.2. Contestação contra o mérito.....	405
4.3.3. Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor	406
4.3.4. Exceção de incompetência	407
4.3.5. Arguição de suspeição ou impedimento	407
4.4. Reconvenção	411
4.4.1. Pressupostos e requisitos da reconvenção	411
4.4.2. Procedimento da reconvenção	411
4.4.3. Pedido contraposto.....	412
5. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO.....	412
6. PROVAS	413
6.1. Conceito	413
6.2. Princípios.....	413
6.3. Fases da produção da prova.....	414
6.4. Objeto da prova.....	415
6.5. Finalidade da prova	416
6.6. Ônus da prova	416
6.6.1. Inversão do ônus da prova	417
6.7. Prova de fato negativo	419
6.8. Meios de prova	419
6.8.1. Depoimento pessoal	419

6.8.2. Prova testemunhal	419
6.8.3. Prova documental.....	423
6.8.4. Prova pericial	424
6.8.5. Inspeção judicial.....	426
6.8.6. Ata notarial.....	427
6.8.7. Prova emprestada.....	427
6.9. Produção antecipada de provas	427

CAPÍTULO 4**DECISÃO JUDICIAL E RECURSOS 429**

1. PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS.....	429
1.1. Sentença.....	430
1.1.1. Classificação das sentenças.....	431
1.1.2. Elementos da sentença.....	434
1.1.3. Defeitos da sentença	441
1.2. Observância da jurisprudência dos tribunais	443
2. COISA JULGADA.....	443
2.1. Conceito	443
2.2. Espécies.....	444
2.2.1. Coisa julgada formal.....	444
2.2.2. Coisa julgada material	444
2.3. Coisa julgada em relação à União	445
2.4. Extensão da coisa julgada	445
2.4.1. Limites objetivos	445
2.4.2. Limites subjetivos	446
2.5. Coisa julgada nas demandas coletivas	446
2.6. Relação jurídica continuativa	448
3. RECURSOS TRABALHISTAS.....	448
3.1. Introdução	448
3.2. Conceito e natureza jurídica	449
3.3. Princípios.....	449
3.3.1. Princípio da taxatividade.....	449

3.3.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da fungibilidade	449
3.3.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	449
3.3.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	450
3.3.5. Princípio da dialeticidade	450
3.3.6. Princípio do <i>non reformatio in pejus</i>	451
3.3.7. Princípio da irrecorribilidade	451
3.4. Requisitos de admissibilidade dos recursos	451
3.4.1. Requisitos objetivos	451
3.4.2. Requisitos subjetivos	456
3.5. Efeitos do recurso trabalhista	456
3.5.1. Efeito devolutivo	457
3.5.2. Efeito obstativo	457
3.5.3. Efeito translativo	457
3.5.4. Efeito regressivo	458
3.5.5. Efeito extensivo	458
3.5.6. Efeito substitutivo	458
3.6. Procedimento recursal	458
3.7. Desistência e renúncia do recurso	460
4. RECURSO ORDINÁRIO	461
4.1. Conceito	461
4.2. Forma de interposição	461
5. RECURSO DE REVISTA	462
5.1. Conceito	462
5.2. Requisitos de admissibilidade	463
5.3. Hipóteses de não cabimento do Recurso de Revista	464
5.4. Depósito recursal	464
5.5. Divergência jurisprudencial	464
5.6. Prequestionamento	465
5.7. Transcendência	465
5.8. Recurso de revista em rito sumaríssimo	466
5.9. Procedimento	467
6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	468

6.1. Conceito	468
6.2. Cabimento.....	468
6.3. Embargos protelatórios.....	469
6.4. Procedimento	469
6.5. Prequestionamento ficto.....	470
7. AGRAVO DE INSTRUMENTO	471
7.1. Conceito	471
7.2. Cabimento.....	471
7.3. Prazos e forma de interposição	471
7.4. Requisitos específicos	472
7.5. Procedimento	472
8. AGRAVO DE PETIÇÃO.....	473
8.1. Conceito	473
8.2. Requisitos específicos	473
8.3. Procedimento	473
9. RECURSO ADESIVO	474
9.1. Conceito e características.....	474
10. PEDIDO DE REVISÃO	474
10.1. Conceito e características	474
11. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	475
11.1. Conceito, características e cabimento	475
11.2. Procedimento.....	476
12. EMBARGOS INFRINGENTES	477
12.1. Conceito e características	477
13. AGRAVO INTERNO e regimental.....	478
13.1. Conceito e características	478
13.2. Procedimento.....	478
14. REMESSA NECESSÁRIA	479
14.1. Conceito	479
14.2. Hipóteses de não cabimento	479
15. RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	480
15.1. Conceito e características	480

CAPÍTULO 5**EXECUÇÃO 481**

1. LIQUIDAÇÃO.....	481
1.1. Introdução	481
1.2. Espécies de liquidação	481
1.2.1. Liquidação por cálculos.....	481
1.2.2. Liquidação por arbitramento	482
1.2.3. Liquidação por artigos	482
1.3. Especificidades do cálculo trabalhista.....	482
1.3.1. Atualização monetária e juros de mora	483
1.4. Contribuições previdenciárias	484
1.5. Imposto de renda.....	484
1.6. Impugnação à conta de liquidação	484
2. EXECUÇÃO TRABALHISTA	485
2.1. Introdução	485
2.2. Princípios da execução.....	485
2.2.1. Do título.....	485
2.2.2. Efetividade.....	486
2.2.3. Promoção de ofício.....	486
2.2.4. Da natureza real da execução.....	486
2.2.5. Da não prejudicialidade do devedor	486
2.3. Fontes normativas	486
2.4. Competência.....	487
2.5. Legitimidade	487
2.5.1. Legitimidade ativa	487
2.5.2. Legitimidade passiva	487
2.6. Título executivo	488
2.6.1. Conceito	488
2.6.2. Espécies.....	488
2.7. Execução provisória	489
2.8. Execução de prestações sucessivas.....	489
2.9. Tutela específica ou tutela pelo resultado prático equivalente	490

2.10. Falência e recuperação judicial	491
2.11. Intervenção e liquidação extrajudicial	493
2.12. Nulidade da execução.....	493
2.13. Suspensão da execução	494
2.14. Extinção da execução.....	494
2.15. Prescrição intercorrente.....	494
2.16. Custas processuais	495
2.17. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT	496
3. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	497
3.1. Características	497
3.2. Penhora	499
3.3. Expropriação de bens.....	503
4. EMBARGOS À EXECUÇÃO	507
4.1. Conceito	507
4.2. Prazo.....	508
4.3. Matérias que poderão ser tratadas	508
4.4. Procedimento	509
4.5. Embargos à execução por carta	509
4.6. Relativização da coisa julgada	509
5. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	510
6. EMBARGOS DE TERCEIRO	510
7. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	512

CAPÍTULO 6

AÇÕES ESPECIAIS	515
1. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	515
1.1. Conceito	515
1.2. Cabimento.....	515
1.3. Prazo para ajuizamento	516
1.4. Natureza jurídica.....	516
1.5. Procedimento	516
2. DISSÍDIO COLETIVO	517
2.1. Conceito	517

2.2. Classificação	517
2.3. Competência.....	517
2.4. Legitimidade	517
2.5. Pressupostos	518
2.6. Petição inicial.....	518
2.7. Procedimento	518
2.8. Sentença normativa	519
2.8.1. Conceito e natureza jurídica	519
2.8.2. Período de vigência	519
2.8.3. Extensão da sentença normativa.....	520
2.8.4. Efeitos.....	520
2.9. Revisão.....	520
3. AÇÃO DE CUMPRIMENTO	521
4. AÇÃO ANULATÓRIA DE CLÁUSULAS CONVENCIONAIS	522
5. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	523
6. MANDADO DE SEGURANÇA	524
6.1. Conceito	524
6.2. Modalidades	524
6.3. Legitimidade	525
6.4. Competência.....	525
6.5. Requisitos.....	526
6.5.1. Prazo decadencial.....	526
6.5.2. Direito líquido e certo	526
6.5.3. Ato de autoridade	526
6.6. Procedimento	527
6.6.1. Liminar.....	527
6.6.2. Coisa julgada.....	528
6.6.3. Recurso	528
7. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO COLETIVA	529
7.1. Conceito	529
7.2. Legitimidade	529
7.3. Competência.....	530

7.4. Cabimento.....	530
7.5. Procedimento	530
8. AÇÃO MONITÓRIA.....	530
8.1. Conceito	530
8.2. Procedimento	531
9. AÇÃO RESCISÓRIA	531
9.1. Conceito	531
9.2. Competência e legitimidade.....	532
9.3. Hipóteses de cabimento	533
9.3.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	534
9.3.2. Juiz impedido ou absolutamente incompetente	534
9.3.3. Dolo ou coação da parte, simulação ou colusão entre as partes....	535
9.3.4. Ofensa à coisa julgada.....	535
9.3.5. Violação manifesta de norma jurídica.....	535
9.3.6. Prova falsa	537
9.3.7. Prova nova.....	537
9.3.8. Invalidação de confissão, desistência ou transação	538
9.3.9. Sentença fundada em erro de fato	538
9.4. Requisitos da ação rescisória	538
9.5. Procedimento da ação rescisória.....	539
9.6. Recurso	540
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	541